

# A desgraça do Ensino

Por João J. Brandão Ferreira

Tcorpilav(ref) A recente polémica que resultou da falta de tino e vergonha governamental em querer aprovar legislação, que permitia aos alunos do secundário darem as faltas que quisessem, sem que tal influísse no seu aproveitamento e despido de qualquer sanção, veio pôr, mais uma vez, em cima da mesa da autópsia o cadáver corrompido da Educação Nacional. É preciso falar grosso: mais de 30 anos de desvarios, idioteira e cobardia, justificam-no. O que se tem passado, já para além das três décadas, representa um autêntico suicídio colectivo e o maior "calcanhar de Aquiles" da Nação dos portugueses. É tempo de dizer basta! Basta de interferências ideológicas e partidárias no ensino; basta de bacoquismos serôdios; basta de experiências pedagógicas delirantes; basta de trocar amiúde, livros e "curricula"; basta de tratar os alunos como flores de estufa e traumatizados precoces; basta de facilitismo... basta!

Há que voltar ao "A, B, C" das coisas e aos princípios que são de sempre. Ilustremos: A Escola (vai desde o 1º ciclo à Universidade, sem esquecer o ensino técnico-profissional) deve ter por objectivo formar o aluno no seu todo: psíquico, moral, intelectual, físico e cívico. E deve fazer isto em interligação e comunhão com a Família e outras instituições nacionais como as Forças Armadas, a Igreja, Academias de Cultura, Científicas, etc. Tem de ser exigente e tem de aferir os resultados. Deve haver avaliação constante (e com exames), não só ao corpo discente, mas também ao corpo docente - afinal estamos a preparar os jovens para a vida e, como se sabe, a vida não é fácil... E é de "pequenino que se torce o pepino". Para fazer isto é preciso ter uma Política, isto é, uma Ideia do que se quer, tanto quanto possível despida de tiques ideológicos ou partidários (aplicável a portugueses e não a outros); depois é preciso elaborar programas, escalonados no tempo - que não podem andar a mudar todos os anos -, e pôr de pé uma estrutura adequada para os aplicar. Cabe aqui dizer, a talhe de foice, que tudo isto custa muito dinheiro, mas dinheiro não tem faltado. De facto há já uma boa meia dúzia de anos que o orçamento do Ministério da Educação ultrapassa os mil milhões de contos e até já os nossos queridos eurocratas em Bruxelas vieram admoestar os nossos governos do excesso de meios financeiros vertidos no âmbito do ensino. E, se tivermos em conta o estado de formação medíocre em que a maioria dos futuros cidadãos chegam à idade adulta, a correlação custo/eficácia tende para o infinito. A seguir é necessário agilizar a estrutura física e orgânica do Ministério da Educação (que ainda não foi devidamente "saneado" dos tempos do PREC), que está enxamesado de funcionários, comissões, estruturas paralelas, etc., que o assemelham a um paquiderme com gota; é imperioso instalar uma estrutura hierárquica nas escolas, acabando com a bagunça dos concelhos e atribuindo responsabilidades claras às pessoas que ocuparem os diferentes níveis de decisão. Um homem dirige, uma comissão ou um conselho não manda nada! É fundamental estabelecer regras nas escolas: regras de funcionamento; regras de convivência; regras de disciplina. E é preciso devolver graus de autoridade aos professores e outros elementos que de tal careçam para bem executarem as suas tarefas. Com tudo isto a Segurança estará facilitada. Finalmente cada escola deverá desenvolver um espírito próprio que seja agregador e motivo de orgulho de todos. A escola deve ainda ser um espaço de liberdade académica e deve ensinar os seus alunos a pensar. E, de preferência, deve desenvolver actividades extra escolares e de tempos livres que permitam manter os jovens activos e desenvolver-lhes apetências; estabelecer uma rede de desporto escolar; fomentar as actividades de ar livre, as artes plásticas, a música, o teatro, o cinema, a dança, etc., afastando assim a juventude dos antros de maus hábitos, iniquidades e doenças, que representam a maioria dos locais nocturnos de diversão, combatendo o ócio (que é o pai e a mãe de todos os vícios), garantindo assim que a rapaziada chegasse ao fim do dia saudável, cansada e realizada. Ao governo compete ainda evitar que o ensino se torne, por vezes, um negócio de contornos menos apropriados ao passo que deve promover a investigação científica; o feedback com as empresas para saber da adequabilidade do ensino às suas necessidades e orientar ou estabelecer quotas, relativamente às vagas a atribuir a cada curso, face ao mercado do trabalho e às expectativas futuras. No meio disto tudo ajudava, que os sindicatos afectos ao sector, tratassem efectivamente dos problemas sócio-profissionais e deixassem de ser meras correias de transmissão de partidos políticos. É do interesse de todos e fundamental ao futuro do país, que o governo pense mais em ter cidadãos bem formados do que muitos jovens licenciados e que acabe de vez de governar para a fotografia eleitoral e para as estatísticas da união Europeia. A não ser assim, o nosso futuro será de servos.